

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 995, DE 2011

Denomina “Viaduto Armando Favaretto” o trecho da BR-163, Km 754,07, no perímetro urbano do município de Sorriso, Mato Grosso.

Autor: Deputado NERI GELLER

Relator: Deputado VALTENIR PEREIRA

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Neri Geller, visa a denominar o trecho da BR-163, Km 754,07, no perímetro urbano do Município de Sorriso, Estado do Mato Grosso, de “Viaduto Armando Favaretto”.

Na Justificação, o autor faz uma breve biografia do homenageado, o Sr. Armando Favaretto, nascido em 15 de abril de 1958, na cidade de Capanema, Paraná, e que, em 1984, mudou-se com a família para a cidade de Sorriso e lá desenvolveu suas atividades comerciais, vindo mais tarde a montar sua própria empresa, no ramo de metalurgia e estruturas metálicas.

De acordo com o autor, o Sr. Favaretto sempre foi um apaixonado por Sorriso, município pelo qual nutria imenso orgulho. Foi jogador do Sorriso Esporte Clube, campeão estadual no ano de 1986. Mais tarde, começou a correr de carro e foi campeão estadual por várias vezes e, em 2004, venceu o campeonato brasileiro da categoria Turismo de Velocidade de Terra. Foi ainda vice-campeão da Copa Bahia em 2007. Foi membro distinto do Rotary Club de Sorriso, presidindo a instituição nos anos de 2003 e 2004. Contudo, em 2010, teve sua vida interrompida, vítima de violência urbana.

O projeto foi distribuído, para apreciação de mérito, às Comissões de Viação e Transporte e Educação e Cultura, obtendo em ambas parecer favorável.

O projeto chega a esta Comissão, a quem incumbe proceder à análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do art. 54, I, do Regimento Interno.

Conforme atesta a Secretaria desta Comissão, no prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Ao analisar a proposição, constato que foram observados os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa parlamentar. De igual maneira, foram respeitados os demais princípios e regras constitucionais de cunho material.

Quanto à juridicidade, não vislumbro qualquer óbice ao prosseguimento da tramitação do projeto. Eis que a proposição adequa-se às duas leis que regem a matéria, quais sejam, a Lei nº 5.917/1973, que aprova o Plano Nacional de Viação – PNV (a BR-163 está inclusa na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal) e a Lei nº 6.682/1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais no PNV.

No que concerne à técnica legislativa, também não há reparos a serem feitos no texto do projeto, visto que estão atendidas as prescrições da Lei Complementar nº 95/1998, alterada pela Lei Complementar nº 107/2001.

Pelas precedentes razões, manifesto meu voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica do Projeto de Lei nº 7.801, de 2010.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado **VALTENIR PEREIRA**

Relator